



**MUNICÍPIO DE
BOA ESPERANÇA - ES**

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - CÂMARA MUNICIPAL

RELUCI - TABELA 8 - ANEXO II - IN 43/2017

EXERCÍCIO 2017



TABELA 8

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - CÂMARA MUNICIPAL**

Emitente: Controladoria-Geral do Município de Boa Esperança

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Vereadores

Gestor responsável: Marcos Pereira dos Santos

Exercício: 2017

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

Código: 1.3.1

Ponto de controle: Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário

Processos Administrativos analisados: BALPAT e INVMOV; BALPAT e INVIMO; BALPAT e INVALM;

Base legal: CRFB/88, art.37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts.94 a 96

Procedimento: Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.

Universo do Ponto de Controle: Bens Móveis R\$ 169.977,47 (Cento e sessenta e nove mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos); Bens Imóveis R\$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais); e Bens Materiais R\$ 10.031,90 (Dez mil, trinta e um reais e noventa centavos)

Amostra Selecionada: Bens Móveis R\$ 169.977,47 (Cento e sessenta e nove mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos); Bens Imóveis R\$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais); e Bens Materiais R\$ 10.031,90 (Dez mil, trinta e um reais e noventa centavos).

Código: 1.3.3

Ponto de Controle: Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação

Processos Administrativos Analisados: Extratos bancários e EXTBAN;

Base Legal: LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º do artigo 164 da CRFB/88

Procedimento: Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais

Universo do Ponto de Controle: Banco 021 - Agência 145 = total de 01 (uma) contas bancárias

Amostra Selecionada: Banco 021 - Agência 145 = total de 01 (uma) contas bancárias.

Código: 1.3.4

Ponto de Controle: Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

Processos Administrativos Analisados: Extratos bancários; EXTBAN; TVDISP; BALPAT; BALFIN; DEMFCA

Base Legal: Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96

Procedimento: Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.

Universo do Ponto de Controle: Quanto ao Item 1.3.4 informamos que fizemos a confrontação entre os valores depositados nas contas correntes e aplicações financeiras com os valores registrados nos extratos bancários no final do exercício e verificamos que ambos são compatíveis

Amostra Selecionada: Quanto ao Item 1.3.4 informamos que fizemos a confrontação entre os valores depositados nas contas correntes e aplicações financeiras com os valores registrados nos extratos bancários no final do exercício e verificamos que ambos são compatíveis.

Código: 1.4.7

Ponto de Controle: Despesa com pessoal - limite

Base Legal: LC 101/2000, arts. 19 e 20

Tipo de Procedimento: Conformidade (Revisão Analítica)

Procedimento: Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados

Universo do Ponto de Controle: Os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos arts. 19 e 20 LC 101/2000 foram atendidos, já que o total da despesa com remuneração de pessoal no exercício de 2017 resultou no percentual de 2,71% (dois vírgula setenta e um por cento), portanto, não ultrapassou o montante de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município do presente exercício, conforme demonstrado no Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (RGFDEP) do Poder Legislativo referente ao 2º semestre de 2017 (RGF), atendendo ao que disciplina a alínea "a", do inciso III, do Art. 20, da Constituição Federal.

Código: 1.4.8



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

Ponto de Controle: Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato

Base Legal: LC 101/2000, arts. 21

Procedimento: Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF

Universo do Ponto de Controle: Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal no exercício em análise.

Código: 1.4.10

Ponto de Controle: Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações

Base Legal: LC 101/2000, art. 22, parágrafo único

Procedimento: Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas

Universo do Ponto de Controle: Sabe-se que o limite de gasto total com pessoal é de 6% sobre a receita corrente líquida apurada e o limite prudencial é aquele que atinge 95% desse máximo (5,7%), nos termos do Art. 22, parágrafo único, da LC 101/2000. Portanto, nota-se que as despesas totais com pessoal estabelecidos nos Arts. 19 e 20 LC 101/2000 não excederam os 95% do limite máximo permitido, já que o total da despesa com remuneração de pessoal do Poder Legislativo Municipal no exercício de 2017 resultou no percentual de 2,71% (dois vírgula setenta e um por cento), conforme demonstrado no Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal (RGFDPE) do Poder Legislativo referente ao 2º semestre de 2017 (RGF). Informação semelhante foi prestada no Item 1.4.7.

Código: 1.4.11

Ponto de Controle: Despesas com pessoal - extrapolação do limite - providências/medidas de contenção

Base Legal: LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º

Procedimento: Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

saneadoras previstas o artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas

Universo do Ponto de Controle: O limite máximo de gasto total com pessoal é de 6% sobre a receita corrente líquida apurada e o limite prudencial é aquele que atinge 95% desse máximo (5,7%), nos termos do Art. 22, parágrafo único, da LC 101/2000. Assim, verifica-se que as despesas totais com pessoal estabelecidos nos Arts. 19 e 20 LC 101/2000 não ultrapassaram o limite máximo estabelecido pela lei, já que o total gasto com pessoal do Poder Legislativo Municipal no exercício de 2017 resultou no percentual de 2,71% (dois vírgula setenta e um por cento), conforme demonstrado no Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa (RGFDPE) com Pessoal do Poder Legislativo referente ao 2º semestre de 2017 (RGF). Informação semelhante foi prestada nos Itens 1.4.7 e 1.4.10.

Código: 1.4.13

Ponto de Controle: Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento

Base Legal: CRFB/88, art. 29-A, § 1º

Procedimento: Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício

Universo do Ponto de Controle: O gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício, conforme demonstrado no Balancete Analítico da Despesa Orçamentária e nas Razões do Plano de Contas dos itens que compõem a folha de pagamento (subsídios; vencimentos e salários; férias; e décimo terceiro). O valor do duodécimo repassado à Câmara Municipal em 2017 foi de R\$ 1.680.000,00 (Um milhão, seiscentos e oitenta mil reais), constante do Balanço Financeiro (BALFIN). Ao aplicarmos o percentual de 70% sobre o valor do duodécimo obteremos o montante de R\$ 1.176.000,00 (Um milhão, cento e setenta e seis mil reais). Já o valor total gasto pela Câmara Municipal com folha de pagamento foi de R\$ 1.055.123,50 (Um milhão, cinquenta e cinco mil, cento e vinte e três reais e cinquenta centavos), nos termos descritos no Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (RGFDPE) Balancete da Despesa Orçamentária do Exercício 2017. Portanto, é



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

possível concluir que a Câmara Municipal não realizou gastos com a folha de pagamento acima do limite de 70% contido no Art. 29-A, da Constituição Federal.

Código: 1.4.17

Ponto de Controle: Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação

Base Legal: CRFB/88, art. 29, inciso VI

Procedimento: Avaliar se a fixação do subsídio dos vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra

Universo do Ponto de Controle: Os subsídios dos vereadores foram fixados em cumprimento aos limites máximos estabelecidos no Art. 29, inciso VI, da CFRB/88 e em consonância com os valores fixados de uma legislatura para outra, previsto na Lei Municipal nº 1.608/2016, conforme demonstrado nas Fichas Financeiras Detalhadas (FICPAG e FIXSUB) do exercício de 2017 de todos os Vereadores anexadas à documentação emitida pela Câmara Municipal. A Constituição Federal estabeleceu que o valor máximo dos subsídios dos vereadores seria limitado a 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, conforme verifica-se abaixo:

Art. 29.

(...)

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

(...)

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (grifo nosso)

No Estado do Espírito Santo, conforme dispõe a Lei Estadual nº 10.317/2014, foi fixado em R\$ 25.322,25 (Vinte e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) o subsídio do Deputado Estadual a partir da legislatura de fevereiro/2015, e o subsídio dos vereadores do Município de Boa Esperança/ES é de R\$ 4.915,00 (Quatro mil novecentos e quinze reais), ou seja, o Poder Legislativo Municipal está em estrito cumprimento à legislação em vigor.

Código: 1.4.18

Ponto de Controle: Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento

RELUCI - CGM - Exercício/2017 - pag. 7



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

Base Legal: CRFB/88, art. 29, inciso VI

Procedimento: Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88

Universo do Ponto de Controle: Os subsídios dos vereadores foram pagos nos termos estabelecidos no art. 29, inciso VI, da CRFB/88, atendendo aos limites máximos fixados e ao valor estabelecido de uma legislatura para outra (Lei Municipal nº 1.608/2016), conforme demonstrado nas Fichas Financeiras Detalhadas (FICPAG) do exercício de 2017 de todos os vereadores anexadas à documentação emitida pela Câmara Municipal.

Código: 1.4.19

Ponto de Controle: Despesas com pessoal - remuneração vereadores

Base Legal: CRFB/88, art. 29, inciso VII

Procedimento: Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do município

Universo do Ponto de Controle: Considera-se receita do Município toda a receita realizada pelo Município em 2017, a qual pode ser constatada no RGFDPE de 2017, no valor de R\$ 38.804.874,03 (Trinta e oito milhões, oitocentos e quatro mil, oitocentos e setenta e quatro reais e três centavos). Assim, ao aplicarmos o percentual de 5% sobre o este montante obteremos o valor de R\$ 1.940.243,70 (Um milhão, novecentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta centavos) o qual, se comparado ao total da despesa com remuneração dos vereadores no exercício de 2017 será possível perceber que tal limite não foi alcançado e, portanto, a Câmara Municipal atendeu o inciso VII, do Art. 29, da CF.

Código: 1.4.20

Ponto de Controle: Poder Legislativo Municipal - despesa total

Base Legal: CRFB/88, art. 29-A

Procedimento: Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior

RELUCI - CGM - Exercício/2017 - pág. 8



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

Universo do Ponto de Controle: O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não ultrapassou o percentual de 7% definido no inciso I, do Art. 29-A, da CRFB/88, conforme demonstrado na documentação apresentada referente ao exercício de 2017, dos itens que compõem a folha de pagamento (subsídios, vencimentos, salários e férias). Portanto, a Câmara Municipal não ultrapassou o percentual de 7% definido no Art. 29-A, da CRFB/88.

Código: 2.2.13

Ponto de Controle: Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura

Base Legal: CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64

Procedimento: Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes

Universo do Ponto de Controle: Não houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial **sem prévia autorização legislativa** e sem indicação dos recursos correspondentes, conforme verifica-se no Demonstrativo de Créditos Adicionais (DEMCAD) do exercício de 2017 disponibilizado pela Câmara Municipal e conforme permissão contida na LOA 2017 (Art. 6º da Lei Municipal nº 1.617/2016).

Código: 2.2.14

Ponto de Controle: Créditos adicionais - decreto executivo

Base Legal: Lei nº 4.320/1964, art. 42

Procedimento: Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo

Universo do Ponto de Controle: É possível vislumbrar no Demonstrativo de Créditos Adicionais (DEMCAD) do exercício de 2017 que ocorreu suplementação de crédito neste exercício e que todas foram devidamente autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo através de decreto.

Código: 2.6.3

Ponto de Controle: Pessoal - contratação por tempo determinado



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

Base Legal: CRFB/88, art. 37, inciso IX

Procedimento: Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público

Universo do Ponto de Controle: Não foram realizadas contratações que se destinam ao atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público pela Câmara Municipal no exercício de 2017.

Código: 2.6.4

Ponto de Controle: Pessoal - teto

Base Legal: CRFB/88, art. 37, inciso XI

Procedimento: Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88

Universo do Ponto de Controle: O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Câmara Municipal obedeceu ao limite constitucional do subsídio do Prefeito Municipal (R\$ 10.500,00 fixado pela Lei Municipal nº 1.607/2016), cumprindo, portanto, o disposto no Art. 37, inciso XI, da CRFB/88.

1.2. Constatações e Proposições

Não foram constatadas irregularidades no exercício de 2017 quando da aplicação das técnicas de auditoria na verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Não foram apresentadas proposições ao gestor responsável em face da ausência de registro de irregularidades, entretanto, reforçamos as medidas para o desenvolvimento do Sistema de Controle Interno na administração pública.

1.3. Pontos de controle da Tabela Referencial 1, constantes do Anexo III da IN TC nº 43/2017, não selecionados para avaliação



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

Quanto aos pontos de controle sugeridos para avaliação, por meio de auditoria ou de análises de conformidade, constantes da Tabela Referencial 1 do Anexo III da IN TC nº 43/2017, apenas os pontos que estão elencados na tabela de que trata o item 1.1 foram selecionados pela auditoria interna, de acordo com o PAAINT 2017.

Os demais pontos não selecionados não foram avaliados por esta Unidade Central de Controle Interno no ano de 2017 devido ao fato de que o planejamento da auditoria se baseou nos pontos de controle constantes da Tabela 7 do Anexo II da IN TC nº 34/2015, visto que a IN TC nº 43/2017 foi publicada do Diário Oficial Eletrônico do TCEES e entrou em vigor somente no dia 06 de dezembro de 2017, quando os trabalhos da auditoria interna já estavam em estágio avançado de análise acerca do planejamento estabelecido. Ressaltamos que tais pontos serão avaliados durante o exercício em curso.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Marcos Pereira dos Santos, relativa ao exercício de 2017, com objetivo de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do Município;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam **adequadamente** a posição



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA - ES

orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

2.1 Ressalvas

A Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Boa Esperança/ES foi recebida nesta Controladoria-Geral no dia 05 de fevereiro de 2018, através do e-mail e em meio físico CD.

Atualmente a Controladoria-Geral do Município conta com uma equipe de apenas 02 (dois) servidores, conforme quadro de pessoal descrito abaixo:

Quantidade	Cargo	Formação
01	Controlador-Geral do Município	Direito
01	Contador	Ciências Contábeis

O Portal da Transparência tem por objetivo disponibilizar informações sobre a gestão no que tange a execução orçamentária e financeira em tempo real, possibilitando a qualquer cidadão verificar a correta aplicação dos recursos públicos. Deste modo, o Portal da Transparência do Município vem sofrendo mudanças desde o exercício de 2016 para atender as demandas do cidadão e as legislações existentes. No exercício de 2017 o Portal da Transparência teve melhorias significativas e atualizações constantes, o que levou o município a ficar em 1º lugar na auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Boa Esperança/ES, 28 de março de 2018.

Equipe de Elaboração

Cleuton Ladislau
Controlador-Geral do Município

Nayanna Chaves de Oliveira Pasti
Contadora